

Relatório Semestral da Atividade da Comissão Especializada Permanente

Transportes e Mobilidade

6.ª Comissão

O presente relatório, no cumprimento do estabelecido no regimento da Assembleia Municipal de Almada, tem como objetivo demonstrar a atividade da Comissão supramencionada no segundo semestre do ano 2022.

Assim,

Na reunião ocorrida no primeiro dia do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, por solicitação da Comissão, foram abordados assuntos relativos à nova rede da Carris Metropolitana no concelho de Almada, na presença da Presidente da Câmara Municipal, Inês de Medeiros e do Vereador José Pedro Ribeiro.

Das várias intervenções foram salientadas as falhas iniciais da implementação da rede e a pouca informação por parte da TML nos novos percursos e nas alterações introduzidas no novo serviço público de transporte rodoviário.

Foram destacadas como positivas as cinco sessões públicas de esclarecimento às populações realizadas nas cinco Freguesias/Uniões de Freguesia durante o mês de julho.

Das reuniões ocorridas entre a Câmara Municipal e a TML para a resolução dos problemas surgidos na nova rede de transporte rodoviário foi identificado que há um incumprimento por parte do operador que resulta das dificuldades sentidas no início da operacionalização.

Foi dada informação sobre a aplicação de novos horários a partir da segunda quinzena de setembro correspondente à abertura do novo ano letivo.

Conforme consta na ata n.º8/XIII-1.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos vinte e três dias do mês de setembro de dois mil e vinte e dois, que teve lugar nas instalações da Área Metropolitana de Lisboa, foi referido pelos representantes desta entidade que todo este caminho da nova rede de transporte público rodoviário tem sido feito com o objetivo de melhorar a rede. No entanto, são reconhecidas as dificuldades e complexidade de todo este processo de implementação da rede de transportes da Carris Metropolitana. Toda a contratação de motoristas e a carência de recursos humanos para esta operação fragilizaram todo o processo. Salienta-se o esforço da operadora para robustecer a operacionalização da nova rede e para cumprir o estabelecido entre as partes. Dentro deste quadro, a TST avançou com propostas e mesmo com dificuldades conseguiram implementar horários mais próximos

do exigido. Perante a identificação de erros, foram feitas correções e ajustes durante os meses de julho e agosto, num total de duzentos e oitenta e oito reposições de horários e carreiras.

Este é um projeto que deve ser salvaguardado e melhorado, de forma a dissuadir o uso do transporte individual.

Conforme consta na ata n.º9/XIII-1.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos sete dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, que teve lugar nas instalações dos Serviços Técnicos da Câmara Municipal de Almada, a propósito da consulta pública do novo regulamento de estacionamento municipal, foram informados os senhores deputados municipais desta comissão sobre os procedimentos tomados pela Wemob relativamente a este assunto, na qual endereçou convites a diversas entidades especializadas nesta matéria para a análise e elaboração do regulamento, informando, ainda, sobre o alargamento do período de consulta pública. Foi manifestada toda a disponibilidade da Câmara Municipal para aceitar propostas de alteração.

Este regulamento assenta num estudo no tocante à rotatividade de estacionamento, com uma solução diferenciada (mista) nas quarenta e duas zonas de estacionamento existentes em Almada, ficando de fora a questão dos parques subterrâneos pela diferença na regulamentação relativamente a estes comparativamente ao estacionamento à superfície.

Conforme consta na ata n.º10/XIII-1.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Na reunião ocorrida aos onze dias do mês de outubro de dois mil e vinte e dois, nas instalações da Fertagus, os deputados municipais focaram a necessidade de investimento na rede ferroviária do eixo Norte-Sul, particularmente na construção de uma estação em Vale Flores, à semelhança do que irá ocorrer na margem norte nos próximos anos com ligação à Gare do Oriente/Parque das Nações.

O conselho de administração informou os deputados municipais que os investimentos são da responsabilidade das Infraestruturas de Portugal e de outras entidades governamentais. A Fertagus apenas gere a operacionalização das infraestruturas ferroviárias e se os investimentos foram feitos cumprirá os requisitos contratualizados. É preciso investimento em material circulante e recursos humanos para garantir que a operação do serviço seja eficaz, considerando que novas estações e extensão de ligações implicam um aumento da procura por parte dos utentes. Quanto à estação de Vale Flores, se esse for um entendimento dos responsáveis governativos, a Fertagus assegurará a sua operacionalização com os meios necessários para esta nova possibilidade, admitindo o grupo concessionário a responsabilidade pela gestão dos investimentos a efetuar.

Outra questão levantada pelos deputados municipais foi a necessidade de articulação de horários com outros modos de transporte que servem os interfaces com os quais a Fertagus estabelece ligação, sendo a Comissão informada que a empresa não teve, até à data, qualquer participação neste processo, mas que considera fundamental para melhoria da prestação do serviço.

Conforme consta na ata n.º11/XIII-1.º/2021-25, as matérias apresentadas nessa reunião foram apreciadas pela Comissão.

Almada, 14 de dezembro de 2022

O Presidente da Comissão

Luís Filipe Almeida Palma